

DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO.

ODS 4

Brena Caroline dos Santos Dias
Luciana Magalhães

Resumo

As análises e reflexões desse artigo partem de uma dissertação em desenvolvimento cujo tema é “APREENDENDO AS SIGNIFICAÇÕES DOCENTES ACERCA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: A valorização da educação antirracista”. Analisando a diversidade racial no Brasil, com foco nos desafios e perspectivas no contexto educacional. O estudo aborda como as disparidades raciais impactam o acesso à educação de qualidade, bem como as experiências dos estudantes negros e indígenas nas escolas brasileiras. Baseado em uma análise crítica das políticas públicas e iniciativas educacionais voltadas para a promoção da equidade racial, o artigo discute a eficácia dessas ações e identifica as principais barreiras que ainda persistem na promoção da inclusão racial. A pesquisa é contextualizada em um panorama histórico e social, analisando a evolução das políticas de cotas raciais, a implementação da Lei Nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, e o papel das instituições educacionais na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Como resultado, o artigo sugere a ampliação de práticas pedagógicas antirracistas, que valorizem a diversidade racial e promovam um ambiente de aprendizagem mais inclusivo para todos os estudantes.

Palavras-Chave: Diversidade racial; Educação; Políticas públicas; Inclusão social; Antirracismo.

Introdução

A diversidade racial na educação do Brasil, é um elemento fundamental e indispensável, refletindo uma história multifacetada de colonização, escravidão e movimentos migratórios que moldaram a composição étnica do país ao longo dos séculos. Desde o período colonial, quando milhões de africanos foram trazidos como escravos, até as ondas de imigração europeia, asiática e do Oriente Médio no século XIX, a população brasileira tornou-se uma das mais diversas do mundo. Contudo, essa diversidade, que poderia ser vista como um patrimônio cultural valioso, também tem sido a base de profundas desigualdades que permeiam quase todos os aspectos da vida social, especialmente no campo da educação.

No contexto educacional, a população negra e indígena historicamente enfrentou barreiras significativas que limitaram seu acesso a uma educação de qualidade. Essas barreiras, muitas vezes enraizadas em preconceitos e discriminação, contribuíram para a perpetuação de desigualdades sociais e econômicas, criando um ciclo vicioso de exclusão e marginalização. A educação, que deveria ser um meio de mobilidade social e de construção de uma sociedade mais equitativa, tem, em muitos casos, reforçado essas desigualdades devido à falta de políticas eficazes que abordem diretamente a questão racial. Podemos refletir sobre a temática com a reflexão de Ramos (2021, p. 40), que afirma:

Isso vai nos educando a entender a branquitude como norma, como as pessoas de sucesso, belas, boas. E pessoas negras, indígenas ou qualquer pessoa que se afaste dessa norma de branquitude, quando presentes, aparecem carregadas de estereótipos que vão construindo o imaginário social pelo qual essas pessoas são afetadas diariamente. RAMOS (2021, P. 40)

As políticas públicas voltadas para a equidade racial na educação, como as cotas raciais para o acesso ao ensino superior e a implementação da Lei Nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, representam importantes avanços na tentativa de corrigir essas disparidades. No entanto, a eficácia dessas políticas ainda é tema de intenso debate principalmente na educação básica de ensino, sua implementação muitas vezes encontra resistência e enfrenta desafios que comprometem sua plena eficácia.

O objetivo deste artigo é examinar os desafios e as perspectivas da diversidade racial no sistema educacional brasileiro, com foco na análise crítica das políticas públicas e das práticas pedagógicas antirracistas. A pesquisa busca entender como essas políticas têm sido aplicadas e quais têm sido seus impactos reais na redução das desigualdades raciais. Além disso, este estudo pretende identificar as lacunas existentes e propor novas abordagens que possam contribuir para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa. A relevância desta investigação está no reconhecimento de que, para avançar como sociedade, é essencial que o sistema educacional brasileiro não apenas reconheça, mas valorize e celebre sua diversidade racial, promovendo uma educação que seja realmente para todos.

Essa análise é particularmente importante em um momento em que o Brasil enfrenta desafios significativos em termos de coesão social e justiça racial. Ao explorar as interseções entre raça, educação e políticas públicas, este artigo visa contribuir para o debate sobre como podemos construir um sistema educacional que reflita verdadeiramente os valores de igualdade e respeito à diversidade que deveriam fundamentar a sociedade brasileira

Revisão da literatura

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, é um marco na história do país, estabelecendo um conjunto de princípios e objetivos que visam à construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. Entre os objetivos fundamentais delineados pela Constituição, destaca-se a promoção de uma sociedade livre de discriminação, onde todos os indivíduos tenham direitos iguais, considerando diferenças de cor, gênero, religião ou qualquer outra característica que possa ser utilizada para marginalizar ou excluir grupos sociais (art. 3º, incisos III e IV; art. 5º, caput, CF/88).

Um dos pilares desse compromisso é o reconhecimento da dignidade humana como um princípio essencial (art. 1º, inciso III, CF/88). A dignidade humana é o valor intrínseco que todas as pessoas possuem, e a Constituição a coloca no centro de todos os direitos e garantias. Esse princípio serve como base para a promoção de políticas públicas e ações que visam proteger e promover o bem-estar de cada cidadão, garantindo que nenhum indivíduo seja tratado de forma inferior ou desumana.

Além disso, a Constituição é firme em sua condenação ao racismo. Ela reconhece o racismo como um mal social que deve ser combatido em todas as suas formas. Por isso, dedica um espaço específico para repudiar o racismo (art. 4º, inciso VIII, CF/88) e o classifica como um crime gravíssimo, atribuindo-lhe um status jurídico especial: é um crime imprescritível e inafiançável (art. 5º, inciso XLII, CF/88). Isso significa que as ações racistas podem ser punidas a qualquer tempo, sem que o direito

de processar prescreva, e que o acusado não pode ser liberado mediante pagamento de fiança.

Essas disposições constitucionais refletem um compromisso do Estado brasileiro com a construção de uma sociedade que não apenas respeita, mas também promove a igualdade entre todos os seus cidadãos. Elas estabelecem as bases legais para a criação e implementação de políticas antirracistas, que buscam reparar injustiças históricas e assegurar que todos os brasileiros tenham acesso às mesmas oportunidades, direitos e dignidade, independentemente de sua origem ou cor. Nesse cenário Carneiro, 2023,p.28 afirma que:

O dispositivo de racialidade também produz uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação. Constitui-se assim uma ontologia do ser e uma ontologia da diferença. (CARNEIRO,2023, P.28)

Nessa perspectiva a cor da pele adquire significado social e se torna um critério para diferenciação e discriminação somente porque está inserida em um sistema de pensamento racial que a antecede. Esse sistema racial é o que permite que a cor seja usada para justificar a segregação, a exclusão e outras formas de desigualdade social. Ao compreender isso, fica evidente que as desigualdades raciais não são naturais ou inerentes à cor, mas são construídas e mantidas por ideologias e práticas racistas ao longo do tempo como afirma De Almeida,2018, p.58:

O fato de parte expressiva da sociedade considerar ofensas raciais como 'piadas', como parte de um suposto espírito irreverente que grassa na cultura popular em virtude da democracia racial, é o tipo de argumento necessário para que o judiciário e o sistema de justiça em geral resista em reconhecer casos de racismo, e que se considerem *racionalmente neutros*. (DE ALMEIDA, 2018, p. 59)

Portanto, o racismo disfarçado de humor enfraquece a capacidade da sociedade e das instituições de combater efetivamente a discriminação racial. Ela também ressalta a necessidade urgente de o sistema de justiça abandonar a falsa neutralidade e enfrentar o racismo de maneira mais direta e incisiva, reconhecendo o peso dessas ofensas e sua contribuição para a manutenção das desigualdades raciais.

A Lei Nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, é um passo significativo na tentativa de corrigir a marginalização histórica de contribuições e experiências afro-brasileiras no currículo escolar. A implementação desta lei busca promover uma compreensão mais inclusiva e precisa da história do Brasil, reconhecendo a importância das culturas africanas e afro-brasileiras na formação da identidade nacional. Esse reconhecimento é crucial para combater estereótipos e preconceitos, e para fornecer aos estudantes uma visão mais completa e diversificada da história do país, Almeida (2020, p. 32) afirma: “A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.”

Essas parcerias não apenas oferecem recursos adicionais e perspectivas diferenciadas, mas também permitem que a escola se torne um espaço de diálogo contínuo e efetivo sobre questões raciais. A interação com esses grupos pode proporcionar aos alunos e educadores um entendimento mais profundo das experiências afro-brasileiras, promovendo uma educação que transcende o conteúdo teórico e se alinha com as realidades vividas pela população negra no Brasil.

Nessa perspectiva a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08, que tornaram obrigatória a inclusão dos temas "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo escolar, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003, e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, estabelecido em 2009.

Essas legislações, ao tornarem obrigatória a abordagem dessas temáticas, visam corrigir a histórica marginalização das contribuições afro-brasileiras e indígenas na formação da identidade nacional, oferecendo aos estudantes uma visão mais ampla e inclusiva da história e cultura do país.

Nesse sentido, o combate ao racismo no ambiente escolar precisa incluir não apenas a reformulação dos currículos, mas também a promoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade racial e cultural em todas as suas manifestações. Isso implica reconhecer e celebrar a beleza e a singularidade dos diferentes tipos de cabelo e traços físicos, desafiando os estereótipos raciais. “O negro ainda aparece como representante de uma coletividade marcada por atributos negativos.” (PINTO e FERREIRA, 2014, p.6).

A persistência desses critérios discriminatórios aponta para a necessidade urgente de uma educação antirracista mais profunda e efetiva, que vá além da inclusão de conteúdos curriculares específicos sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena.

Método

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, centrada na interpretação de fenômenos sociais e educacionais relacionados à representatividade negra no contexto escolar. A escolha da pesquisa qualitativa justifica-se por sua capacidade de interpretar fenômenos realísticos, vivenciais, históricos, sociais e grupais. Essa abordagem possibilita a construção do conhecimento por meio da interação entre observação, formulação de conceitos, desenvolvimento teórico e pesquisa empírica, priorizando o significado e a compreensão dos fenômenos em estudo.

A produção de dados foi realizada por meio de um estudo de campo, utilizando questionários aplicados a dezesseis professores do ensino médio da rede pública, essa escolha visou capturar diferentes perspectivas sobre a representatividade negra dentro do ambiente e a incorporação da literatura afro-brasileira no currículo.

Além disso, compreender de forma ampla as percepções sobre a importância da representatividade negra com o objetivo de investigar se a representatividade negra está sendo trabalhada por meio da literatura afro-brasileira, além de identificar os desafios enfrentados para sua inclusão nas instituições de ensino.

Os questionários foram aplicados por meio de formulários online, especificamente utilizando o Google Forms. Essa metodologia permitiu a inclusão de professores atuantes em diversas áreas do conhecimento, idades e gêneros, promovendo uma coleta de dados democrática e abrangente.

A análise dos dados será realizada em duas etapas: inicialmente, por meio da análise de campo, que envolverá a interpretação das respostas dos questionários, e posteriormente, através de uma análise bibliográfica, que buscará embasar teoricamente as observações empíricas.

Resultados

A pesquisa revelou diversas percepções e práticas relacionadas à diversidade racial na instituição educacional analisada. As entrevistas com os professores indicaram que a Lei Nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, é amplamente reconhecida, mas sua implementação varia significativamente entre as instituições. Enquanto alguns integraram o conteúdo de forma significativa no cotidiano, outros ainda enfrentam desafios, como a falta de materiais didáticos apropriados, formação e conhecimento sobre a temática e há também resistência por parte de alguns docentes.

Os professores expressaram uma compreensão da importância das práticas pedagógicas antirracistas, mas muitos se sentem despreparados para lidar com questões raciais em sala de aula, destacando a formação continuada como uma necessidade urgente para que se sintam mais confiantes e preparados para promover uma educação inclusiva.

Os resultados apontam para a importância crítica da formação contínua de professores e da criação de materiais didáticos adequados para a implementação eficaz da Lei Nº 10.639/2003. A variação na implementação das políticas educacionais indica que, embora haja uma consciência crescente sobre a importância da diversidade racial, ainda existem lacunas significativas que precisam ser abordadas para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

A percepção dos professores sobre sua falta de preparação reflete um desafio estrutural no sistema educacional brasileiro, que precisa ser abordado com investimentos em capacitação e recursos. O reconhecimento da importância da educação antirracista é um passo importante, mas sem o apoio necessário, essas práticas correm o risco de serem superficiais e ineficazes.

A experiência dos alunos, que continuam a vivenciar discriminação racial, destaca a necessidade urgente de uma abordagem mais robusta e consistente das práticas pedagógicas antirracistas. As escolas precisam não apenas incluir a diversidade racial em seus currículos, mas também criar ambientes escolares onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados.

A análise documental revelou que, embora algumas instituições estejam fazendo progressos significativos na inclusão da diversidade racial em seus currículos, muitas ainda precisam de diretrizes mais claras e apoio para desenvolver e implementar essas práticas. Isso sugere que políticas educacionais mais fortes e centralizadas podem ser necessárias para garantir a consistência na abordagem da diversidade racial em todas as escolas.

Finalmente, as observações em sala de aula reforçam a ideia de que a presença de práticas pedagógicas antirracistas efetivas está correlacionada com um maior engajamento dos alunos. Isso destaca o potencial transformador dessas práticas na criação de um ambiente educacional mais justo e inclusivo.

Em resumo, os resultados desta pesquisa sublinham a necessidade de um compromisso contínuo com a formação de educadores, o desenvolvimento de materiais didáticos inclusivos e a implementação consistente de políticas educacionais voltadas para a promoção da diversidade racial.

Conclusão

A construção de uma identidade negra positiva em uma sociedade que historicamente marginaliza e desvaloriza as culturas e identidades afro-brasileiras representa um desafio significativo para a população negra no Brasil. Desde cedo, muitas pessoas negras enfrentam a pressão para se conformar a padrões eurocêntricos e negar aspectos de sua própria identidade cultural para serem aceitas e valorizadas socialmente. Esse fenômeno é um reflexo das profundas

desigualdades e preconceitos que permeiam a sociedade, e a escola desempenha um papel crucial na forma como essas questões são abordadas e enfrentadas.

O papel da escola, portanto, é central nesse processo de construção de identidade. É no ambiente escolar que as crianças e jovens têm a oportunidade de explorar e afirmar sua identidade racial e cultural. No entanto, a eficácia desse processo depende da forma como a diversidade cultural é incorporada e abordada no currículo e nas práticas pedagógicas. A pergunta sobre se estamos realmente atentos a essa questão na escola é essencial para avaliar o impacto real das políticas e práticas educativas.

Para que a construção de uma identidade negra positiva seja efetiva, é fundamental que o sistema educacional adote uma abordagem séria e responsável ao discutir e integrar a diversidade cultural. Isso inclui a implementação de currículos que reflitam a riqueza e a complexidade das culturas afro-brasileiras, a formação de professores para que compreendam e valorizem a diversidade racial e a promoção de um ambiente escolar que celebre todas as identidades culturais. A formação de professores deve, portanto, abordar não apenas a importância da diversidade cultural, mas também fornece ferramentas práticas para que esses educadores possam enfrentar e desconstruir preconceitos raciais, criar um ambiente inclusivo e apoiar a construção positiva da identidade de todos os alunos.

Além disso, é importante que a discussão sobre identidade negra positiva e diversidade cultural não se limite apenas a eventos ou atividades especiais, mas que se integre de forma contínua e consistente na prática pedagógica. Isso significa revisar e adaptar continuamente os materiais didáticos e os métodos de ensino para garantir que reflitam e respeitem a diversidade racial e cultural dos alunos.

Em resumo, a construção de uma identidade negra positiva é um aspecto crucial da educação que deve ser abordado com seriedade e responsabilidade. As escolas têm a responsabilidade de garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem racial, possam ver suas culturas e identidades refletidas e valorizadas no ambiente escolar. Isso não apenas apoia o desenvolvimento pessoal e

acadêmico dos alunos negros, mas também contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

ALGUNS termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02 Set.2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Parecer 03/2004, de 10 de março, do Conselho Pleno do CNE. Ministério da Educação, Brasília.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida.* São Paulo: Pólen Livros, 2019.

PINTO, M., FERREIRA, R. (2014). Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 2(9), 257-266. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v9n2/11.pdf> Acesso 28 Ago. 2024.

RAMOS, L. D. *Descolonizando práticas pedagógicas: a narrativa de uma educadora na luta pela educação antirracista.* 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/220335> Acesso em 05 jun. 2021.

SILVA, L. **Meninas negras na literatura infanto-juvenil: Escritoras negras contam outra história.** Brasília, 2012.